

Uso de tecnologia em escolas depende menos de plataforma e mais de conteúdo disponível, defendem especialistas

30/01/12 - Depois de prefeituras e governos estaduais receberem ou adquirirem cerca de 574 mil laptops por meio do Programa Um Computador por Aluno (UCA), o Ministério da Educação (MEC) acena com a possibilidade de inserir os tablets nas salas de aulas das escolas públicas brasileiras. Especialistas concordam que o sucesso do uso das tecnologias em educação não depende apenas da plataforma utilizada, mas sim da forma como a escola irá inserir essas ferramentas no aprendizado e também dos conteúdos digitais disponíveis.

A diretora da Fundação Pensamento Digital, Marta Voelcker, aponta que a escola pode “mudar de paradigma” a partir da tecnologia. Ela ressalta que o uso das máquinas – seja um computador, laptop ou tablet – pode transformar a lógica do aprendizado. Alunos deixam de ser meros “receptores” de conteúdo e podem evoluir para autores. “A tecnologia nos ajuda a sair de uma educação por instrução e memorização para uma educação de construção e colaboração. Uma tecnologia que a criança use a imagem, escreva e formalize ali seu entendimento. Se tenta mudar a escola há 100 anos e a tecnologia vem ajudar nisso”, explica.

Sob esse ponto de vista, Marta defende que o “hardware” não importa tanto. O essencial é ter à disposição ferramentas que possibilitem um uso educacional de laptops e tablets para que as máquinas não sejam meros reprodutores dos conteúdos que já estão nos livros didáticos. “A escola vai aos poucos se tornando digital, os professores estão fazendo blogs, a gente se apropria das redes sociais, mas não há algo pensado para a escola que precisa de uma transição para a época digital”, aponta.

A especialista no uso das tecnologias da educação ressalta, entretanto, que essa transição da escola analógica para a digital precisar ser feita aos poucos. Leva tempo e exige uma reflexão da sociedade a respeito do que se espera da escola. “Quando o educador começa a trabalhar esses projetos chega um momento que o sistema não reconhece o que ele está fazendo. Isso está acontecendo em todo o mundo. No Brasil nós temos um ambiente mais propício à mudança, até do ponto de vista da legislação. Mas é uma mudança grande porque aí chegam as avaliações que hoje ainda se baseiam muito na memorização”, diz Marta. “O que precisava é de um pensamento estratégico dentro do governo para pensar esse assunto a longo prazo”, completa.

Para Ilona Becskeházy, diretora da Fundação Lemann, a primeira e principal estratégia é buscar conteúdos pedagógicos que possam ser acessados por meio dos equipamentos. “Se você não selecionar conteúdo de alto padrão, tanto faz se é papel, lousa, ou tablet. E isso a gente não faz no Brasil. A lógica deveria ser: primeiro você busca o conteúdo e depois você procura como é a melhor maneira de distribuí-lo. Se ele for bom pode ser até um mimeógrafo”, critica.

Em 2012, pela primeira vez, o edital publicado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a compra dos livros didáticos que são distribuídos às escolas públicas do país inclui os chamados “objetos educacionais complementares aos livros didáticos”. Isso significa que as editoras poderão apresentar conteúdos em formato digital que, se aprovados, poderão ser adquiridos pelo governo para uso na rede pública.

Fonte: Agência Brasil